



# AEPET

## NOTÍCIAS

Rio de Janeiro Ano XL nº 361 - agosto / 2009

Informativo Oficial da Associação dos Engenheiros da Petrobrás



### DIRETORES DA AEPET FAZEM PALESTRAS SOBRE PRÉ-SAL NO CLUBE MILITAR

O Clube Militar promoveu, nesta quarta-feira (15/07), em sua sede no Centro do Rio de Janeiro, o seminário "Petróleo/Pré-Sal: A última fronteira e geopolítica nacional". O concorrido evento, que foi aberto pelo presidente do Clube Militar, o General-de-Exército Gilberto Barbosa de Figueiredo, teve como palestrantes os diretores da AEPET, Fernando Siqueira (presidente) e João Victor Campos (diretor Cultural). Diversas lideranças prestigiaram o seminário, entre elas, a presidente do Modecon (Movimento em Defesa da Economia Nacional), Maria Augusta Tibiriçá; o presidente do CEBRES, Brig. Oswaldo Terra de Faria; Cel. Amerino Raposo, da diretoria do CEBRES; o presidente da AMBEP, Yvan Barretto de Carvalho; o ex-diretor da Petrobrás, Maurício Alvarenga; o escritor Marcos Coimbra, do CEBRES; diversos oficiais generais das FFAA; os diretores da AEPET Pedro da Cunha Carvalho (vice-presidente), Roldão Fernandes (diretor de Comunicações) e David Garcia de Sousa (diretor Jurídico); e a presidente nacional do PCB (Partido Comunista Brasileiro), Zuleide Faria de Mello.

O geofísico João Victor Campos, utilizando imagens projetadas, abordou o tema do Pré-Sal, dando enfoque a três aspectos principais: a) teorias da Deriva Continental e da Tectônica de Placas; b) construção da arquitetura e ambiente do Pré-Sal e reservatórios de carbonatos microbiais; e c) Diálogo Interamericano e o Projeto Antimilitar, que ele acredita ainda estar por trás da tentativa de privatização da Petrobrás.

O presidente da AEPET, Fer-



nando Siqueira, falou sobre a geopolítica internacional do petróleo, com destaque para as oscilações de preços do barril da matéria-prima, bem como a crescente demanda em descompasso com a decrescente oferta. Ele falou sobre a atual conjuntura em que as chamadas "Sete Irmãs" do petróleo só tem 3% das reservas mundiais do produto e que por isso precisam desesperadamente de novas descobertas para continuarem sobrevivendo.

Com o Pré-Sal, a pressão dos EUA foi imediata e chegou a reativar a sua Quarta Frota Naval para operar no Atlântico Sul, frota esta que estava desativada. Nesse sentido, a AEPET avalia que o domínio das reservas será crucial para uma série de países. Assim, a soberania brasileira sobre o pré-sal é fundamental para que o nosso

Brasil invista no desenvolvimento da sua economia e na resolução das discrepâncias sociais em diversos segmentos, como, por exemplo, na educação e na saúde.

Ao responder às perguntas dos presentes, os palestrantes defenderam que a população brasileira se mobilize para mudar o marco regulatório do setor petrolífero, entre outras questões estratégicas no setor petróleo. O investimento de recursos na Defesa do Brasil, na opinião de Siqueira, é fundamental. João Victor Campos também defendeu investimentos por parte do Governo Federal nas Forças Armadas e disse que tal investimento é essencial e vai requerer cerca de R\$16 bilhões por ano, durante 10 anos. Hoje, as FFAA tem recebido cerca R\$ 4,6 bilhões de dotação orçamentária anual.

O Presidente do Clube Militar, General Gilberto Barbosa de Figueiredo, ao terminar o evento, defendeu o engajamento da sua entidade na luta em defesa da soberania energética brasileira com o Pré-Sal. Ele afirmou que como na campanha do "O Petróleo é Nosso", que resultou na criação da Petrobrás em 1953, por Getúlio Vargas, o Clube Militar deve dar sua contribuição na unidade da sociedade brasileira em defesa deste setor estratégico. E mencionou um fato histórico de uma reunião na entidade na década de 1940 que levou ao projeto nacional de criação da maior empresa do nosso país, a Petrobrás, que é reconhecida mundialmente por sua tecnologia em várias áreas.

(Júlio Cesar de Freixo Lobo)  
Foto: Alessandra Bandeira

### SOBERANIA DE JOELHOS, A EPIDEMIA NEOLIBERAL

Fomos surpreendidos com a grave notícia de que os ministros Edson Lobão (Minas e Energia) e Dilma Rousseff (Casa Civil) foram aos EUA submeter ao governo norte-americano a proposta do Governo Lula para o novo marco regulatório do setor petróleo. (Pág.2)

### PRÉ-SAL – NOVO MARCO NA HISTÓRIA DA ECONOMIA BRASILEIRA

O presidente da AEPET, Fernando Leite Siqueira, inicia maratona em defesa do pré-sal e pelo retorno da Lei 2004/53 – a Lei do Petróleo que institui o monopólio estatal do petróleo e criou a Petrobrás. (Pág.3)

### DESDE 2007, 5 DE SETEMBRO É O DIA DA AMAZÔNIA (Pág.4)

### VICE-ALMIRANTE ENTRA NA CAMPANHA, DEPOIS DE PALESTRA NO CLUBE MILITAR

Conforme noticiou a Agência Petroleira de Notícias, o Sindipetro-RJ recebeu, no dia 17/07, a visita do vice-almirante José Maurício Duque. O militar, também formado em Direito e Economia, assistiu, no Clube Militar, às palestras do engenheiro Fernando Siqueira e do geólogo João Victor Campos. Concordando com a necessidade de uma grande mobilização, em defesa do petróleo e da soberania nacional, levou abaixo-assinados e garantiu presença no lançamento do filme e da cartilha da campanha "O Petróleo Tem que ser nosso", no dia 30/07.



## Editorial

### SOBERANIA DE JOELHOS, A EPIDEMIA NEOLIBERAL

Fomos surpreendidos com a grave notícia de que os ministros Edison Lobão (Minas e Energia) e Dilma Rousseff (Casa Civil) foram aos EUA submeter ao governo norte-americano a proposta do Governo Lula para o novo marco regulatório do setor petróleo. Antes de apresentá-la à Nação brasileira e ao Congresso Nacional, o Governo, na pessoa dos dois ministros, foi mostrar para quem, aparentemente, governa **de fato** o Brasil. É, sem dúvida, da maior gravidade essa postura. Temos mostrado em palestras pelo País que os EUA - que têm 29 bilhões de barris de reservas e consomem 10 bilhões, por ano - e as sete irmãs - que detiveram 90% das reservas mundiais e hoje têm cerca de 3% - querem o pré-sal até por questão de sobrevivência. Assim, os EUA têm feito uma pressão total sobre o Governo Brasileiro, usando os lobistas e os meios de comunicação comprometidos, para manter a atual legislação gerada no governo Fernando Henrique, que, inclusive, vendeu os 36% das ações da Petrobrás na Bolsa de Nova Iorque, por valor 10% menor que o real. Não podemos aceitar a entrega dessa riqueza do povo brasileiro através dessa submissão do Governo Federal, cada vez mais explicitada nos atos governamentais. Durante o governo de transição, por exemplo, em 2003, reunidos com a ministra Dilma ela nos garantiu que não haveria mais leilões de blocos de petróleo no Governo Lula. Um mês depois, o CNPE, que ela preside, emitiu a portaria nº 8 mandando a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) retomar os leilões. Era mais um sintoma de submissão e uma plástica ideológica da ministra para viabilizar a sua candidatura à Presidência da República. Agora, os sintomas revelam a profundidade da epidemia.

**É HORA DE MOBILIZAÇÃO PARA DEFENDER Nossas Riquezas.**

## Expediente

**AEPET - Associação dos Engenheiros da Petrobrás**  
Tel.: 21 2533-1110 - Fax: 21 2533-2134  
Av. Nilo Peçanha, 50 /2409 - Centro/RJ

Presidente: **Fernando Siqueira**  
Vice-Presidente: **Pedro da Cunha Carvalho**  
Diretor Administrativo: **Henrique Sotoma**  
Vice-Diretor Administrativo: **Gilbert Prates**

Diretor de Comunicações: **Roldão Marques Fernandes**  
Vice-Diretor de Comunicações: **Diomedes Cesário da Silva**  
Diretor de Assuntos Jurídicos: **Paulo Teixeira Brandão**  
Vice-Diretor de Assuntos Jurídicos: **David Garcia de Souza**

Diretor de Pessoal: **Silvio Sinedino Pinheiro**  
Vice-Diretor de Pessoal: **Ronaldo Tedesco Vilardo**

Diretor Cultural: **João Victor Campos**  
Vice-Diretor Cultural: **Felipe Campos Cauby Coutinho**

#### Conselho Fiscal

Efetivos: Ricardo Maranhão, Arthur Martins, Ricardo Latgé  
Suplentes: Clemente F. da Cruz, Hamílcar Beviláqua Neto, Clovis C. Rossi

#### Núcleos

**Aepet-Bahia:** Admilson Quintino Sales / **Aepet-BR:** Adalberto César P. Costa / **Aepet-Macae:** José Carlos L. de Almeida / **Aepet-NS:** Solon Mauro S. Fagundes / **Aepet-SE/AL:** Francisco Alberto Cerqueira de Oliveira

#### Delegados

**Juiz de Fora:** Murilo Marcatto / **Espírito Santo:** Paulo W. Magalhães - **S. José dos Campos:** Clemente F. da Cruz / **Curitiba:** Ernesto G. R. de Carvalho / **Pernambuco:** Adelmo José Leão Brasil / **Brasília:** Velocino Tonietto

#### Redação

**Jornalista Responsável:** José Carlos Moutinho (Mtb 24460)  
**Reportagem:** José C. Moutinho / Julio César Lobo  
**Fotografia:** Alessandra Bandeira  
**Projeto Gráfico:** Marta P. Guimarães - magainter@globo.com  
**Arte / Ilustração:** Alessandra Bandeira  
**Diagramação:** Alessandra Bandeira  
**Impressão:** Mestre Artes Gráficas  
**Tiragem:** 20 mil exemplares  
**Correio Eletrônico:** aepet@aepet.org.br

*Permitida a reprodução na íntegra ou em parte, desde que citada a fonte*

## COLUNA DO ASSOCIADO

Pedro Carvalho - Vice-Presidente



**SITUAÇÃO DOS PÓS 82** – A AEPET está realizando reuniões com os empregados admitidos após 1982, com objetivo de discutir soluções para o referido contingente na Petros. Duas reuniões foram realizadas e estão sendo programadas outras. Nessas reuniões são discutidas as possíveis alternativas de solução e também são coletados dados para orientar a tomada de decisão. Os interessados devem procurar nossos diretores Henrique Sotoma (Administrativo), Silvio Sinedino (Pessoal), Ronaldo Tedesco (vice-Pessoal) e Paulo Brandão (Assuntos Jurídicos) para serem incluídos nas próximas reuniões.

**ASSOCIADOS DA ATIVA QUE SE APOSENTAM** – Os associados que estão na ativa e que estão próximos de se aposentar, devem entrar em contato com a AEPET, notadamente as funcionárias Margareth, Ivana ou Iolanda, para preencherem uma nova proposta. Assim, será permitido o desconto das mensalidades através da Petros.

**ASSOCIADOS DA ATIVA QUE SÃO TRANSFERIDOS DE ÓRGÃO** – Pedimos aos nossos associados, na ativa, que, ao serem transferidos de órgão, providenciem a atualização dos seus cadastros – endereço, correio eletrônico ou telefone. Envie mensagem, por obséquio, para o correio [beneficios@aepet.org.br](mailto:beneficios@aepet.org.br) informando os novos dados para que possamos manter nosso cadastro atualizado.

Profissionais	Valor (diária)
Enfermagem - 24 horas	R\$ 110,00
Enfermagem - 12 horas	R\$ 80,00
Médico domiciliar	R\$ 180,00
Nutricionista	R\$ 40,00
Fisioterapia	R\$ 40,00
Fonoaudiologia	R\$ 40,00
Psicologia	R\$ 40,00
Terapia ocupacional	R\$ 50,00
Cuidador de idoso - 24 horas	R\$ 90,00
Cuidador de idoso - 12 horas	R\$ 60,00
Aluguel de equipamentos	Valor (mensal)
Cama elétrica *	R\$ 270,00
Cama manual *	R\$ 120,00
Aspirador elétrico *	R\$ 80,00
Macronebulização *	R\$ 150,00
Nebulizador *	R\$ 40,00
Suporte de soro *	R\$ 40,00
Muleta *	R\$ 80,00
Aparelho de glicemia *	R\$ 100,00

\* Consultar taxa de entrega e retirada Tel.: 3903-1800 / 2268-7963

Serviços domiciliares	Valores
Ambulância simples	De acordo com a localização
Ambulância UTI	De acordo com a localização
Raio X	De acordo com a solicitação médica
Eletrocardiograma	R\$ 30,00

A AEPET acaba de firmar um convênio com a Núcleo de Assistência Domiciliar e Hospitalar (NADH), para atendimento domiciliar especializado (Home Care) para os sócios da Associação. Os serviços a serem prestados estão indicados na tabela ao lado com os respectivos preços. Para ser elegível ao uso desses serviços, o sócio (ou dependente), deverá procurar a NADH através dos telefones: (021) 2572-1080, 2268-7983 ou Emergência 24 horas: 8858-6649. A contratação dos serviços será feita diretamente entre o usuário ou seu responsável e a NADH, sendo indispensável a interveniência de um associado da AEPET que, a exemplo do Plano UNIAEPET, será o avalista da contratação.

Os benefícios deste novo convênio, a exemplo dos demais feitos pela AEPET, só serão usufruídos pelo beneficiário enquanto o sócio permanecer nos quadros da AEPET. Por ocasião do seu eventual desligamento, cessarão todos os benefícios do convênio.

Para mais informações, o associado poderá entrar em contato com a AEPET através do telefone (21) 2533-1110 e falar com Ivana ou Margareth.

Por enquanto, a área de abrangência desses serviços será o Grande Rio.



## PRÉ-SAL – NOVO MARCO NA HISTÓRIA DA ECONOMIA BRASILEIRA

O presidente da AEPET, Fernando Leite Siqueira, inicia maratona em defesa do pré-sal e pelo retorno da Lei 2004/53 – a Lei do Petróleo, que instituiu o monopólio estatal do petróleo e criou a Petrobrás

Brasília [Congresso Nacional e Congresso da UNE – União Nacional dos Estudantes], Rio de Janeiro, São Paulo, São Carlos (SP), São José dos Campos (SP), São Bernardo do Campo (SP), Porto Alegre (RS), Curitiba (PR), Salvador (BA) e Vitória (ES) já puderam assistir, no mês de junho e início de julho, às palestras do presidente da AEPET, Fernando Leite Siqueira, no contexto dos debates sobre pré-sal e novo marco regulatório, que está começando a aquecer no País. É apenas o início de uma maratona que tem por objetivo conscientizar a Nação brasileira da importância da defesa do pré-sal em mãos brasileiras, com o controle soberano da União Federal.

Nos dias 3 a 5 de junho, Siqueira proferiu palestra na Escola de Governo, no Estado do Paraná, para uma platéia de mais de 400 pessoas, a convite do governador Roberto Requião, após este ter visto a atuação de Siqueira em entrevista na TV Educativa do Paraná, que teve como debatedor o senador Álvaro Dias, autor da CPI da Petrobrás. O programa da TV Educativa foi transmitido ao vivo e retransmitido às 22 horas, tendo como apresentador o jornalista Beto Almeida. No início de julho, Siqueira foi o entrevistado do programa "Brasil é isso", da Rede Vida, que tem como apresentador o jornalista Aristóteles Drummond [foto].

No mês de junho, o presidente da AEPET proferiu palestra sobre o pré-sal e as conjunturas nacional e internacional do petróleo para uma concorrida platéia de estudantes de geologia da Universidade de São Paulo (USP), acompanhado do professor e ex-diretor de Gás e Energia da Petrobrás Ildo Sauer e do coordenador-geral do Sindipetro-RJ Emanuel Cancellari. Participou, também, o renomado professor e geomorfologista Aziz Ab'Saber, presidente de honra da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que falou sobre tecnologia do petróleo e defendeu o pré-sal sob controle da Nação brasileira. Siqueira tam-

bém defendeu o pré-sal na Assembleia Legislativa de São Paulo.

No dia 15 de julho, Siqueira e o diretor Cultural da AEPET, o geofísico João Victor Campos, proferiram palestra no Clube Militar, no Rio de Janeiro [confira matéria publicada neste boletim].

No dia 10/07, a Comissão de Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa Espírito Santo (ALES) discutiu, no Plenário "Dirceu Cardoso", o marco regulatório do setor de petróleo e gás natural no Brasil. Os palestrantes daquela audiência pública foram o presidente da AEPET, Fernando Siqueira, e o mestre em Direito Econômico, Bruno Werneck. A ALES, por iniciativa do presidente da Comissão, deputado Paulo Roberto (PMN), promoveu o encontro para reunir elementos para que informem a população sobre as questões relativas ao pré-sal.

No Estado do Paraná, é bom destacar que diversas entidades, como o CREA-PR, SengenPR, movimento "Reage Brasil", que tem como integrante a ex-deputada federal Dra. Clair, estão organizando diversos comitês e atividades em defesa do pré-sal, somando assim o esforço iniciado com a campanha "O petróleo tem que ser nosso",



capiteado pelo Sindipetro-RJ. **Pré-sal, retorno da Lei 2004/53 e ações da Petrobrás**

O pré-sal não pode ser visto fora do contexto de desenvolvimento da economia nacional, da solução das diversas pendências sociais, bem como ferramenta do exercício de poder sobre-



rano do Brasil no cenário geopolítico internacional. Fernando Siqueira acredita que o pré-sal deve ser defendido levando-se em conta tais conceitos, sobretudo, em observância ao que determina a Constituição Federal [artigo 177]. Ou seja, o petróleo no subsolo nacional pertence à União Federal e ao povo brasileiro. Entendendo que a Lei 9478/97 contraria tal preceito Constitucional, pois transfere o petróleo do Brasil para as empresas concessionárias, sobretudo multinacionais, a AEPET, dos cinco pontos por ela defendidos, o retorno da Lei 2004/53, para que prevaleça a soberania do País no setor petrolífero.

Para Siqueira, o pré-sal é a grande chance de o Brasil se encontrar com a sua condição de País mais viável do planeta, eliminando de vez a vergonhosa condição de ter 50 milhões de miseráveis, além de um déficit brutal nas atividades sócio-econômicas: saúde, educação, segurança, infra-estrutura e emprego. É uma riqueza da ordem de US\$ 10 trilhões, superior a tudo o que se imaginava na campanha memorável do "O Petróleo é Nosso". E nos perverte pela Constituição". Ele acrescentou que é hora dos brasileiros retomarem a campanha em defesa do nosso petróleo, sobretudo agora quando o País tem mais razão para fazê-lo. "O sistema, através dos lobbies e da grande mídia comprometida vem enchendo o ouvido direito

do presidente Lula. Se a sociedade não for para as ruas, encherão também o ouvido esquerdo", advertiu Siqueira, notadamente quando da notícia de que ministros foram aos EUA falar sobre as propostas para o pré-sal ao governo Obama.

Siqueira tem ressaltado nas palestras, que ao contrário do que os lobistas do atual marco regulatório dizem, foi a Lei 2004/53, e não a Lei 9478, que possibilitaram o atual quadro relativamente confortável do Brasil no setor petróleo.

Siqueira, que atuou na área de produção, bem como na de pesquisa da Petrobrás (CENPES), destacou que a Empresa investiu, só no primeiro poço do pré-sal, US\$ 260 milhões, pois as condições geológicas exigiram muito naquela área. Hoje, segundo o presidente da Petrobrás, José Sergio Gabrielli, e demais especialistas do setor, praticamente não há mais riscos geológicos na área do pré-sal, a Petrobrás já correu todos, o que reforça a tese do retorno do monopólio estatal do petróleo, consagrado na Lei 2004/53.

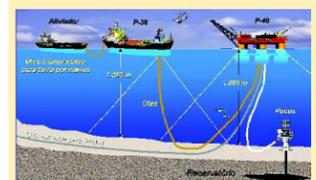
Na hipótese muito provável do preço do petróleo voltar ao patamar de US\$ 100 [está em torno dos US\$ 60/70], Siqueira avalia que o pré-sal poderá gerar recursos de cerca US\$ 10 trilhões e um milhão de empregos diretos e indiretos. O Prominp prevê a contratação de 250 mil empregados diretos e 700 mil indiretos, movimentando um grande número de empresas nacionais fornecedoras da Petrobrás, o que aquecerá em muito a economia nacional.

(José Carlos Moutinho)

### Os cinco pontos:

A AEPET defende cinco pontos para que prevaleçam os interesses nacionais no setor petrolífero:

- (1) Recuperar a propriedade do petróleo nacional pelo Governo Federal, conforme determina a Constituição;
- (2) Elevar a participação da União Federal – dos atuais 40% - para, pelo menos, a média mundial de 84%;
- (3) Suspender os leilões e contratar a Petrobrás para fazer um inventário do pré-sal – reservas, localização correta, entre outros;
- (4) Restabelecer a Lei 2003/53, para que a produção do pré-sal atenda à estratégia energética e interesses nacionais;
- (5) Recomprar as ações da Petrobrás com as reservas em dólar, do Governo Federal. Recomprou essa reserva financeira com o lucro que será obtido com o pré-sal.



## ASSISTA



Assista ao programa Debate Brasil em sua cidade. Para saber os dias e horários de transmissão acesse [www.aepet.org.br](http://www.aepet.org.br) Ou assista a qualquer hora o programa em seu computador na nossa página.

## OUÇA



Programa FAIXA LIVRE  
Ouça agora na internet  
Rádio Bandeirantes  
1360 khz AM.  
De segunda a sexta  
das 8h às 10h

Ou escute o programa qualquer dia ou qualquer hora na página da AEPET: [www.aepet.org.br](http://www.aepet.org.br)

4 AEPET Notícias



## PETRÓLEO - VAMOS MORRER NA PRAIA?

Emanuel Cancellia\* e Francisco Soriano\*\*

O Pré-Sal pode representar a solução de quase todos os nossos problemas: criação de milhões de empregos, distribuição de renda, serviços públicos de qualidade, saúde, educação, segurança pública, reforma agrária, construção de casas populares, ampliação do uso de energias alternativas menos agressivas ao meio ambiente, reaparelhamento das forças armadas, principalmente para defender a soberania nacional.

O Pré-Sal representa alguns trilhões de dólares que cobre com folga a dívida social para com o nosso povo. Para isto, precisamos mudar a lei 9478/97, a lei do petróleo, fortalecer a Petrobrás e combater a proposta de criação de uma nova estatal por parte da Comissão Interministerial. Os nossos principais inimigos, diferente do que poderíamos imaginar, não são diretamente os países estrangeiros e as multinacionais. Eles estão no governo e no Congresso Nacional, a "serviço do governo". São verdadeiros lobos vestidos de cordeiros, defendendo interesses lesivos ao Brasil.

O representante da presidência da ANP, Luis Eduardo Duque Dutra, em Audiência Pública realizada na Câmara de Vereadores de Angra dos Reis, declarou que a proposta da Comissão Interministerial para o Pré-Sal deverá ser a do "Modelo de Partilha". A Petrobrás, que desenvolveu tecnologia, investiu bilhões de reais durante três décadas e descobriu o Pré-Sal, iria partilhar esse tesouro com as multinacionais. Somam-se a isso os leilões da ANP que já transferiram para empresas particulares, em sua maioria estrangeiras, mais da metade das áreas com potencial petrolífero, incluindo parte do Pré-Sal. Será que alguns desses senhores dariam ao próprio patrimônio o mesmo tratamento que dão ao patrimônio público?

Querem nos convencer de que a Petrobrás não dispõe de recursos para explorar o petróleo e gás do Pré-Sal. Ora, o óleo que já começa a ser extraído do Pré-Sal, que é de enorme valor comercial, financiará sua própria exploração de forma gradual e racional. Aliás, o potencial de crédito da Petrobrás é muito maior em tempos de crise financeira, pois além de contar com bons recursos em caixa tem o Pré-Sal como garantia. O mesmo banco que poderá emprestar às petrolíferas multinacionais fará o mesmo com a Petrobrás.

Alegam que a proposta apresentada visa nos tornar um grande exportador de petróleo! Isto é bom para quem? Primeiro, somos auto-suficientes na produção. O petróleo que exportamos hoje do campo de Bijuipirá Salema não rende sequer um real aos cofres da União. Além disso, petróleo bruto exportado não resulta na construção de novas refinarias, navios e plataformas, gerando empregos aqui.

Aliás, enquanto grande exportador, iríamos nos enquadrar como a Nigéria e o Iraque na "maldição do petróleo", países detentores de imensas reservas, mas exportadores em potencial. O seu povo con-

tinua na mergulhado na miséria. Entre as nações desenvolvidas nenhuma é exportadora de petróleo e mesmo aquelas que possuem reservas preferem preservar o seu e importar o de outros países. E o óbvio, não existe moeda mais forte que o "ouro negro". É melhor termos reservas de petróleo preservadas ou letras do tesouro dos Estados Unidos?

Pela proposta anunciada pelo Coordenador da Comissão Interministerial, ministro Edson Lobão, vamos criar uma nova empresa, 100% estatal, pois a União só detém 40% das ações da Petrobrás.

A questão não é bem assim. A Petrobrás distribui aos acionistas dividendos, que são originados do lucro. A lei das Sociedades Anônimas obriga que os dividendos das empresas sejam, no mínimo, de 25% do lucro depurado e a Petrobrás só tem distribuído este mínimo. Assim, a empresa pagou aos acionistas privados somente 60% de 25% do lucro depurado, ou seja, 15%, ou 40% de 25% dos acionistas de Nova Iorque (ADRs), ou seja 10%.

Entretanto, o lucro que dá origem aos dividendos é aquele do qual foram retiradas as reservas para pagamento de royalties, impostos e participação governamental, reinvestimentos etc. Descontada estes valores do lucro original, este percentual cai para 6,5% do lucro bruto que vai para o "wall street".

É muito difícil acreditar que esse atual Congresso vá criar algo melhor do que a Petrobrás, gerada a partir da vontade popular, nas ruas, no movimento "O Petróleo é Nosso", na década de 50, quando a existência do hidrocarboneto em nosso subsolo era um sonho. Hoje o Pré-Sal detém reservas que vão de 100 a 300 bilhões de barris, segundo renomados geólogos e geofísicos brasileiros, e tem que ser levado em conta também que até agora todos os furos na província do Pré-Sal deram óleo.

O Programa de Mobilização Nacional da Indústria de Petróleo e Gás Natural (PROMINP) treina hoje dezenas de milhares de brasileiros em vários estados e é financiado exclusivamente pela Petrobrás. A Petrobrás, sozinha, financia 40% do PAC. É quem mais repassa impostos para o governo federal. Paga royalties para União, Estados e Municípios. Financia uma legião de projetos sociais e ambientais.

Simplifiquemos, bastaria reeditarmos a Lei 2004/53 que assegurava a Petrobrás a execução do monopólio estatal do petróleo, que durante 44 anos deu absolutamente sucesso, para que o lucro e o nosso petróleo não sejam exportados de maneira irracional.

Em resumo, na questão petróleo, se não sepultarmos a atual lei do petróleo, nadaremos, nadaremos e morreremos na praia!

\* Emanuel Cancellia: atual Secretário Geral do Sindipetro-RJ, técnico da Petrobrás, advogado e também ex-diretor da Dieese.

\*\* Francisco Soriano, Diretor do Sindipetro-RJ, economista e escritor.

## DESDE 2007, 5 DE SETEMBRO É O DIA DA AMAZÔNIA

O Movimento em Defesa da Economia Nacional (Modecon), presidido por Maria Augusta Tibiriçá Miranda, e o Movimento Nacional em Defesa da Amazônia (MNDA), que tem como coordenador o engenheiro Ricardo Maranhão, no dia 20/07/2009, enviaram carta conjunta às diversas autoridades governamentais, parlamentares e amplos setores da sociedade brasileira para divulgar a instituição, por lei, do DIA DA AMAZÔNIA.

Na sanção da Lei nº 11.621, de 19 de dezembro de 2007, que institui o Dia da Amazônia, o presidente Lula comunica ao Congresso Nacional: "Art. 1º Fica instituído o Dia da Amazônia, a ser comemorado anualmente, em todo o território nacional, no dia 5 de setembro; Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação". A Lei foi promulgada no dia 19 de dezembro de 2007 e publicada no Diário Oficial da União de 20



de dezembro de 2007, sendo também assinada pela então ministra do Meio Ambiente Marina Silva, além do presidente Lula.

Na mensagem conjunta o Modecon e o MNDA informam: "Estamos nos dirigindo ao governo – federal e estaduais – aos setores de educação, às forças armadas, às entidades estudantis, aos sindicatos e às instituições da sociedade civil em geral solicitando que incluam no calendário de suas comemorações anuais, a comemoração do Dia da Amazônia, 5 de Setembro. Agradecemos a divulgação aos órgãos do seu setor, como escolas, unidades militares, etc. A finalidade é a de promover, nessa data, atos que movimentarão, nacionalmente, o tema AMAZÔNIA e a urgência de defendê-la, garantindo a soberania e unidade nacionais".

AJUDE A DIVULGAR O "5 DE SETEMBRO, DIA DA AMAZÔNIA"

"A Amazônia não pode ficar refém de uma "lógica de mercado" que considera o boi mais importante que o homem e a flores e que, ignorando as peculiaridades da região, a vê apenas como um tesouro a ser pilhado pelo centros hegemônicos da capital, situados no Sul-Sudeste do País ou no exterior. Esta é uma das causas de sua posição periférica na economia e no desenvolvimento nacionais, em flagrante contraste com suas incomensuráveis riquezas". (trecho do manifesto de lançamento do MNDA)

Entre nessa luta!

MODECON – Movimento em Defesa da Economia Nacional  
Rua Araújo Porto Alegre, 71 – 7º Andar – Rio de Janeiro – RJ - CEP 20030-010 / Correo Eletrônico: [modecon@globo.com](mailto:modecon@globo.com)  
Movimento Nacional em Defesa da Amazônia - [falecom@ricardomaranhao.com.br](mailto:falecom@ricardomaranhao.com.br)

